



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2016  
RELATÓRIO**

**1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM,  
com competência cível e previdenciária**

Juíza Federal Titular: GABRIELA ROCHA DE LACERDA ABREU ARRUDA,  
desde 06/04/2015.

Juiz Federal Substituto: **CAIO SOUTO ARAÚJO** desde 10/06/2015  
tendo assumido a **titularidade desde 13/07/2015.**

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 19 a 23 de 2016, a correição ordinária eletrônica, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
2. Corrigir no Sistema Apolo o motivo da suspensão de processos que se encontram nas seguintes categorias: "*outras suspensões - processos de conhecimento*" e "*outras suspensões processos de execução*", adotando-se os motivos específicos para cada caso, nos termos do item respectivo do relatório.
3. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 1.795 processos com tal fase não informada.
4. Procurar diminuir o tempo médio entre a conclusão e a intimação para sentença (109 dias).
5. Procurar diminuir o número de documentos no balcão de entrada, conforme item 2 deste Relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Procurar diminuir o número de processos sem movimentação, em especial os parados entre 31 e 60 (132 processos).

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Não houve designação de representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (ES) ou da Ordem dos Advogados do Brasil/ES para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: segundo o questionário pré-correição, resta prejudicada tal divisão desde 13/07/2015, quando a MM Juíza Titular foi designada para assumir a titularidade da 3ª Relatoria da 1ª Turma Recursal dos Juizados do Espírito Santo. Porém, sempre que há juiz designado para auxílio ao Juizado, a divisão de processos obedece à regra do artigo 7º da Resolução nº 01/2008 do CJF bem como Resolução nº 26/2009 do TRF da 2ª Região.

. Titular: **Gabriela Rocha de Lacerda Abreu Arruda**, em exercício desde 06/04/2015.

. Substituto: **Caio Souto Araújo**, em exercício desde 10/06/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.1.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 12

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: não consta

Estagiários: 02

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL  
(artigos 32 a 36 da CNCR)

ACERVO ↓	2014	2016	2016
	Correição Abril/2014	Inspeção 20 a 24/junho	Correição 19 a 23/setembro
	Cível	Cível	Cível
Total	6.650	4.867	4.680
Suspensos	1.405	2.361	2.307
Ag. julga. recurso	0000	0000	0000
Tramitação ajustada	5.245	2.506	2.373



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 19 a 23/09/2016 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de 09/2016, extraído em 16/09/2016.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
**(art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/09/2015 a 31/08/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.513	47,01	2
Decisão	3.160	26,94	4
Sentença	3.055	26,05	109
<b>Total Geral</b>	<b>11.728</b>	<b>100,00</b>	<b>30</b>

Mapas: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de agosto Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 14/09/2016.

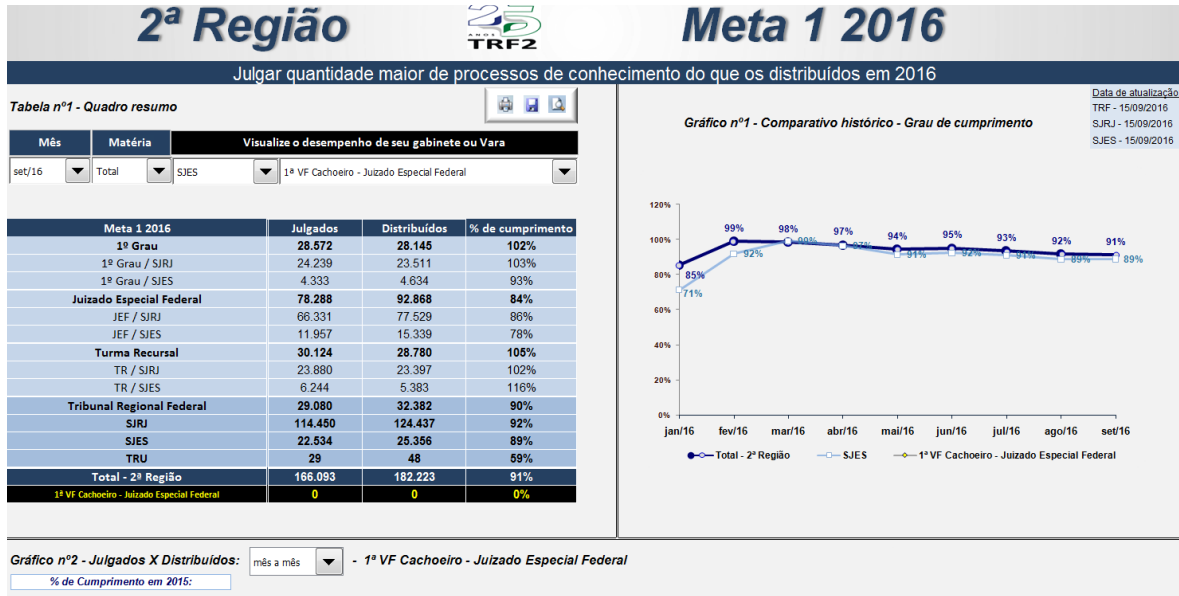
**→ METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**  
**(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).**

**I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos**

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, não foi possível fazer a leitura do **percentual de cumprimento da meta**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 16/09/2016.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

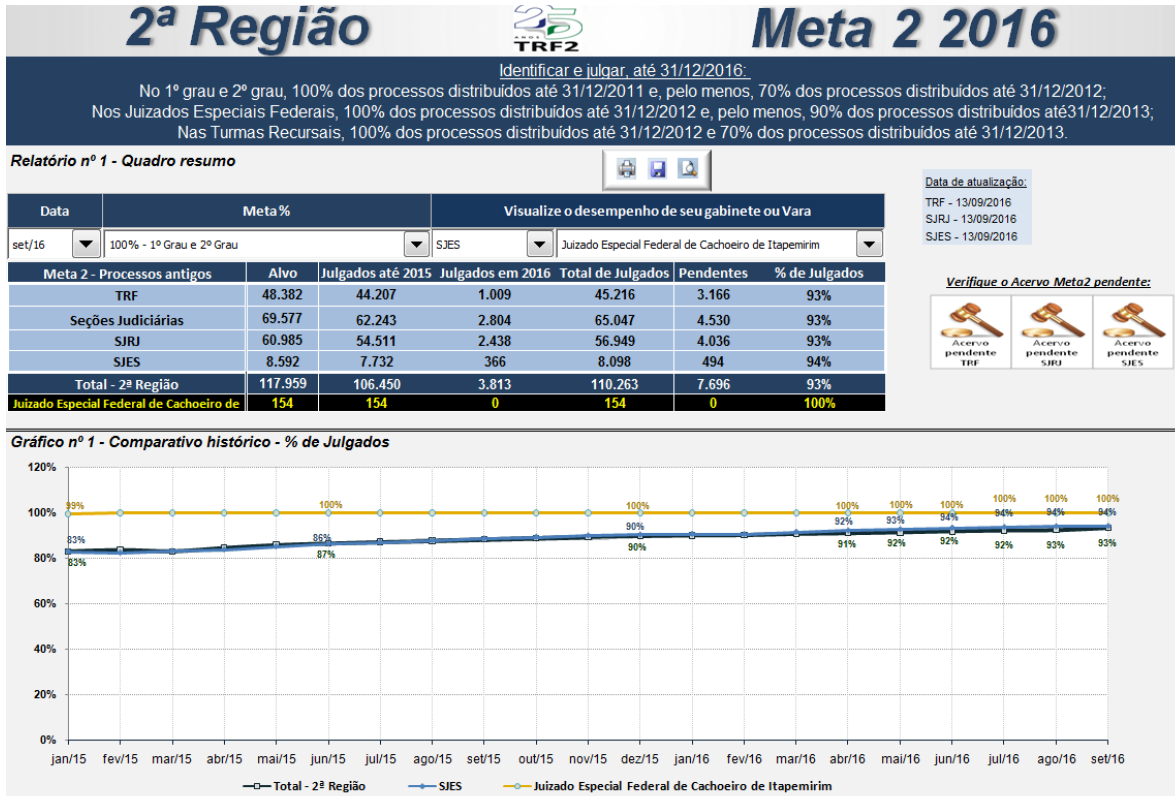
"... Nos Juizados Especiais Federais , 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; ..."

Situação: Não constam processos pendentes de julgamento.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 16/09/2016, e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 09/2016.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação em relação ao ano anterior.**

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014**

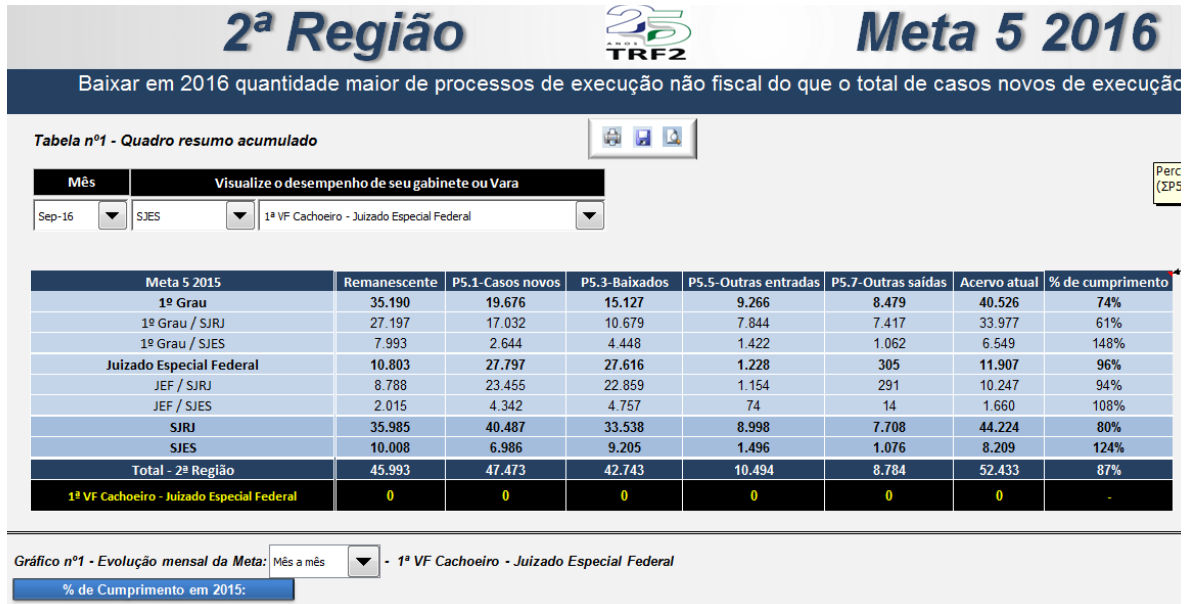
Não se aplica.

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução**

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, não foi possível verificar o **percentual de cumprimento da meta**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 16/09/2016.

**VI – META 6/2015:** Identificar e julgar até 31/12/2016 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

Não se aplica.

**VII – META 7/2015:** Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica

**VIII – META 8/2015:** Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano. Não se aplica

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 16/09/2016



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **AUDIÊNCIAS (DE 16/09/2015 A 16/09/2016)**  
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 853 agendadas e 749 AUDIÊNCIAS realizadas, sendo a primeira de 16/09/2015 e a última de 16/09/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, e Questionário pré correção.

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

**1. INICIAIS E VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO**  
(Artigos 305 a 317 da CNCR)

Locais virtuais encontrados no SISTEMA APOLO, em ordem alfabética:

- 1) 101- MESA DO RICARDO (SESAU);
- 2) AGUARDA ACESSO;
- 3) AGUARDA AUDIÊNCIA;
- 4) AGUARDA CÁLCULO;
- 5) AGUARDA DEVOLUÇÃO DE OFÍCIO/MANDADO/C. PRECATÓRIA;
- 6) AGUARDA PRAZO;
- 7) AGUARDA TRÂNSITO EM JULGADO;
- 8) ANÁLISE PARA A TURMA RECURSAL;
- 9) ANÁLISE PARA O ARQUIVO;
- 10) ANÁLISE PÓS PAGAMENTO DE PERITO;
- 11) ARQUIVO DE AGRAVO/MS DE DECISÃO DO JEF
- 12) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS ANTES DE 2010;
- 13) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2010;
- 14) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2011;
- 15) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2012;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 16) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2013;
- 17) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2014;
- 18) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2015;
- 19) ARQUIVO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2016;
- 20) ASSINADOS;
- 21) CÍVEL - ARQUIVO;
- 22) CLS. SENTENÇA RESPONSABILIDADE CIVIL;
- 23) CLS. SENTENÇA CEF;
- 24) CLS. SENTENÇA EXTINTIVAS;
- 25) CLS. SENTENÇA INSS/OUTROS;
- 26) CLS. SENTENÇA INSS APOS. ESPECIAL/TEMPO/IDADE URBANAS;
- 27) CLS. SENTENÇA INSS AUXÍLIO-RECLUSÃO;
- 28) CLS. SENTENÇA INSS DOENÇA/INVALIDEZ;
- 29) CLS. SENTENÇA INSS LOAS;
- 30) CLS. SENTENÇA INSS PENSÃO POR MORTE;
- 31) CLS. SENTENÇA INSS REVISÕES;
- 32) CLS. SENTENÇA INSS RURAL - APOS. IDADE;
- 33) CLS. SENTENÇA INSS SALÁRIO MATERNIDADE;
- 34) CLS. SENTENÇA META 2;
- 35) CLS. SENTENÇA OUTROS ÓRGÃOS;
- 36) CLS. SENTENÇA UNIÃO FEDERAL (AGU E PFN);
- 37) CLS. SENTENÇA UNIÃO PADRONIZADAS;
- 38) DESIGNAR AUDIÊNCIA JUIZ SUBSTITUTO;
- 39) DESIGNAR AUDIÊNCIA JUIZ TITULAR
- 40) EXPEDIR ALVARÁS;
- 41) INICIAIS;
- 42) INTIMAR/CITAR;
- 43) MESA DR. CAIO - AGUARDA ASSINATURA;
- 44) MESA ANA BEATRIZ;
- 45) MESA BRUNA SIMMER;
- 46) MESA CAMILA PIO;
- 47) MESA DESPACHOS PARA DRA. RENATA ASSINAR;
- 48) MESA DR. SÁVIO SOARES KLEIN - 2ª Vara (tabelar);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 49) MESA DR. VISTOR CRETILLA PASSOS SILVA;
- 50) MESA DR. ANDRÉ LUIZ MARTINS DA SILVA;
- 51) MESA DRA. RENATA ALICE BERNARDO SERAFIM (TABELAR);
- 52) CONSTAM 12 LOCAIS VIRTUAIS DENOMINADOS "MESA" SEGUIDO DO NOME DO SERVIDOR/ESTAGIÁRIO;
- 53) PAGAR PERITOS;
- 54) PASTA CERTIDÕES/EDITAIS;
- 55) PASTA CARTA DE INTIMAÇÃO;
- 56) PASTA CARTA PRECATÓRIA CÍVEL;
- 57) PASTA CARTA PRECATÓRIA JUIZADO;
- 58) PASTA MANDADO CÍVEL;
- 59) PASTA MANDADO JEF;
- 60) PASTA OFÍCIOS DIRETOR;
- 61) PASTA OFÍCIOS JUIZ;
- 62) PASTA PETIÇÕES DE TERCEIROS EXCLUÍDAS;
- 63) PERÍCIA AGUARDA LAUDO;
- 64) PERÍCIA MARCADAS;
- 65) PERÍCIA MARCAR;
- 66) PERÍCIA REMESSA PERITOS;
- 67) PROCESSAMENTO CEF, UNIÃO E OUTROS
- 68) PROCESSAMENTO INSS;
- 69) PUBLICAÇÃO;
- 70) RPV PARA CONFERIR;
- 71) RPV AGUARDA DEPÓSITO;
- 72) RPV AGUARDA PRAZO PARA ENVIAR;
- 73) RPV CADASTRAR;
- 74) SUSPENSOS;
- 75) SUSPENSOS FGTS AFASTAMENTO DE CORREÇÃO PELA TR;
- 76) SUSPENSOS POUPANÇA;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o Questionário pré-correição:

Inicialmente, observa-se se a distribuição foi realizada por sorteio automático ou por dependência. Neste último caso, é feita a análise do processo distribuído e do processo anterior. Caso não fique configurada hipótese legal que justifique a distribuição por dependência, os autos são remetidos para redistribuição livre, mediante decisão proferida pelo Juiz.

A apreciação inicial dos autos concentra-se no exame da documentação essencial, a fim de observar competência do Juizado: natureza do pedido, benefício patrimonial pretendido e residência do autor. Também é verificada a existência dos documentos imprescindíveis à propositura da ação, como instrumento de mandato, devidamente assinado e atualizado.

Os processos com pedido de tutela provisória são analisados com prioridade, a fim de que sejam decididos no prazo máximo de 72 horas.

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual/2016 entregue pelo juízo correicionado: *"A análise de prevenção, litispendência e coisa julgada tem sido feita pela Secretaria, normalmente por ocasião da análise da petição inicial, já que tal possibilidade, na maioria das vezes, é constatada no momento da distribuição. Sendo confirmada a hipótese de litispendência e coisa julgada, é emitida certidão e os autos são diretamente remetidos à conclusão. Cabe informar que, na maioria dos casos, não confirmada a existência de prevenção, os processos são redistribuídos ao próprio Juizado, por não haver outro Juizado Especial Federal nesta Seção Judiciária."*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Relatório de Inspeção Anual, item 8. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 19/09/2016, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

## 2. BALCÃO DE ENTRADA

**Constam 231 DOCUMENTOS , sendo o mais antigo de 29/09/2016.**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 30/09/2016, às 10:36h.

**3. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:  
(Arts. 227 da CNCR)**

Através do programa Excel, não foi possível extrair o mapa de processos concluídos, constando, após erros do programa, resultado final "zero". Porém, pelo sistema de consulta processual Apolo, Módulo Secretaria/ Relatório/"Processos concluídos até hoje", extraiu-se a seguinte informação.

Total de processos concluídos para decisão: 019  
Total de processos concluídos para despacho: 06  
Total de processos concluídos para ato ordinatório: 33  
Total de processos concluídos para sentença/julgamento: 111  
Total de processos concluídos: 169.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria/Relatórios/processos concluídos até hoje.

**4. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:  
(Arts. 228 da CNCR)**

Posição em	14/09/2016
Último Movimento até	13/09/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	132	90,41
Mais de 60	14	9,59
<b>Total Geral</b>	<b>146</b>	<b>100,00</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Atentar para os processos que estão com último movimento:**

Com mais 60 dias sem movimentação:

*Aguardando designar audiência: 9 processos.*

Com mais de 30 dias sem movimentação:

Aguarda designação de perícia: 15 processos

Aguarda remessa para publicação: 03

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 23/09/2016.**

**5. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA  
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 09/2016, 31 documentos, sendo o mais antigo de junho/2016, referente aos processos n.º 00022606320094025102 e 01139448619924025102.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

Ao final dos trabalhos da inspeção, foi extraído relatório no sistema Apolo, ficando constatado que não havia petição aguardando juntada (*posição em 25/06/2016*).

As petições de processos físicos protocolizadas no balcão da Secretaria e as encaminhadas ao Juízo através do Setor de protocolo



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

integrado são formalmente registradas no Sistema de Movimentação Processual e têm sido juntadas aos autos no prazo médio de 03 (três) dias.

Quanto às petições cujos processos estão na Turma Recursal, são formalmente encaminhadas a fim de serem juntadas aos autos a que se referem.

Na hipótese de o processo não se encontrar na Secretaria (por estar com carga para algum órgão ou Setor Administrativo), enquanto aguardam o retorno, as petições ficam acondicionadas em pastas próprias, de acordo com a numeração dos processos.

Quanto aos processos que já estão baixados, é solicitado o desarquivamento para efetuar a juntada física das petições e o processamento dos pedidos.

Na medida em que nesta Subseção não existe unidade responsável pela digitalização de petições intercorrentes, a digitalização e o cadastramento das petições não eletrônicas das partes são feitas pelos servidores do próprio Juizado.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 14/09/2016, e Relatório de Inspeção Anual, item 5.

## **6. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS**

**(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem os seguintes locais virtuais:

AGUARDA PRAZO;  
AGUARDA TRÂNSITO EM JULGADO;  
RPV AGUARDA PRAZO PARA ENVIAR;

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 30/09/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## **7. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).**

Existem os seguintes locais virtuais:

AGUARDA AUDIÊNCIA;  
AGUARDA CÁLCULO;  
EXPEDIR ALVARÁS;  
INTIMAR/CITAR;  
PAGAR PERITOS;  
PERÍCIA MARCAR;  
PERÍCIA REMESSA PERITOS;  
PUBLICAÇÃO;

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 30/09/2016.

## **8. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 e seguintes da CNCR)**

- a. Total em 14/09/2016:
  - i. Segredo absoluto: 0
  - ii. Segredo do Sistema: 1
  - iii. Segredo de Peças: 0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Posição em	14/09/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	1
Documento	0
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>

→ Foi analisado o seguinte processo com sigredo de justiça (único):

01266955820154025051: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 25/08/2016).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 30/09/2016.

## 9. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	09/2015 a 08/2016
	Processos	8.209
	Boletins	230
	Média (Proc. / Bol.)	35,69
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,87

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 14/09/2016.

## 10. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Constam 15 processos com remessa externa, sendo o mais antigo deles o de n.º 0104384-73.2015.4.02.5051, remetido ao autor, em 18/05/2016.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 14/09/2016, e consultas ao Apolo, posição em 30/09/2016.

## **11.SUSPENSÃO DE PROCESSOS:**

a) Total de processos suspensos (em 26/09/2016): 2.352 processos

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior: 08 processos

00008851020144025051: previdenciária. ordem judicial de suspensão registrado no sistema em 23/11/2015.

01063462120144025002: juizado/cível. Aguardando solução de conflito negativo de competência. Ordem judicial registrada no sistema em 15/02/2016.

05000015020164025051: juizado/cautelar. aguardando solução de conflito de competência. Ordem judicial de suspensão registrada em 12/01/2016.

b) Conflito de competência 01 processo

00001114320154025051 - juizado/cível. Decisão suscitando conflito de competência registrada em 31/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

c) Cumprimento Precatório/RPV: 194 processos

00019608920114025051: previdenciária. Processo suspenso a partir de 23/07/2014.  
00012394520084025051: previdenciária. Processo suspenso a partir de 14/11/2014 até 19/11/2016.  
00019193020084025051: previdenciária. Processo suspenso a partir de 14/11/2014 até 19/12/2016, com ordem judicial publicada em 06/11/2014.

d) Outros – fase de conhecimento: 16 processos

01246871120154025051: juizado/cível. Processo suspenso a partir de 30/06/2016 até 28/06/2017. Ordem judicial de suspensão até julgamento final da ação penal n. 0004574-15.2015.8.08.0011, registrada no sistema em 21/06/2016.

01312380720154025051: processo suspenso a partir de 13/07/2016 até 12/07/2017, com ordem judicial subscrita em 05/07/2016.

00081786020164025051: processo suspenso a partir de 21/07/2016 até 31/12/2016, com ordem judicial subscrita em 13/07/2016.

e) Outros – fase /processo de execução: 2 processos

00020645220094025051: processo suspenso a partir de 02/08/2016 até 31/12/2016, com ordem judicial subscrita em 28/07/2016

00008803720044025051: processo suspenso a partir de 05/09/2016 até 05/12/2016, com ordem judicial subscrita em 20/06/2016.

f) Processo suspenso por Recurso Especial Repetitivo: 25 processos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00228082420164025051: processo suspenso a partir de 13/07/2016 até 12/07/2017, com ordem judicial subscrita em 05/07/2016

00228126120164025051: processo suspenso a partir de 13/07/2016 até 12/07/2017, com ordem judicial subscrita em 05/07/2016

00238050720164025051: processo suspenso a partir de 13/07/2016 até 12/07/2017, com ordem judicial subscrita em 05/07/2016

g) REPERCUSSÃO GERAL - ART. 1.035, § 5º DO CPC/2015: **2.104 processos**

00001438720114025051: processo suspenso a partir de 16/08/2012, com ordem judicial subscrito no mesmo dia. Poupança.

00001654820114025051: processo suspenso a partir de 20/08/2012, com ordem judicial subscrita em 17/08/2012. Poupança.

00001707020114025051: processo suspenso a partir de 04/08/2012, com ordem judicial subscrita em 04/09/2012. Poupança.

h) VAZIAS: 02 processos

00021554520094025051: processo suspenso a partir de 13/09/2016 até 30/11/2016, aguardando manifestação da União Federal. **Smj, regularizar o andamento do processo no sistema Apolo, haja vista ainda não estar aguardando depósito de RPV.**

01070483020154025002: processo suspenso a partir de 14/09/2016 até 30/11/2016. Com ordem judicial de suspensão subscrita em 30/08/2016, aguardando RPV. **Smj, recadastrar o processo no motivo real e específico,, nos termos da ordem judicial.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 26/09/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 30/09/2016.**

## 12. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 3.055

- i. Com resolução de mérito declarada decadência ou prescrição: 60
- ii. Com resolução de mérito embargos de declaração acolhidos:
- iii. Com resolução de mérito embargos de declaração acolhidos em parte
- iv. Com resolução de mérito embargos de declaração não acolhidos
- v. Com resolução de mérito homologada a transação
- vi. Com resolução de mérito julgado improcedente o pedido
- vii. Com resolução de mérito julgado procedente em parte o pedido
- viii. Com resolução de mérito julgado procedente o pedido:
- ix. Com resolução de mérito julgado procedente - reconhecimento do réu
- x. Convertida em diligência
- xi. Convertido o julgamento em diligência
- xii. Designa perícia médica
- xiii. Em embargos de declaração acolhidos
- xiv. Em embargos de declaração acolhidos em parte;
- xv. Em embargos de declaração não conhecidos;
- xvi. Em embargos de declaração rejeitados
- xvii. Embargos de declaração
- xviii. Resolução de mérito - conciliação/transação
- xix. Resolução de mérito - pedido improcedente
- xx. Resolução de mérito - pedido procedente
- xxi. Resolução de mérito - pedido procedente em parte
- xxii. Resolução de mérito reconhecida prescrição/decadência
- xxiii. Resolução de mérito - pedido procedente com tutela deferida
- xxiv. Resolução de mérito - pedido procedente em parte com tutela deferida



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- xxv. Sem resolução de mérito - Extinto por abandono:
- xxvi. Sem resolução de mérito - Extinto por ausência das condições
- xxvii. Sem resolução de mérito - Extinto por ausência dos pressupostos
- xxviii. Sem resolução de mérito - Extinto por desistência
- xxix. Sem resolução de mérito - Extinto por negligência das partes
- xxx. Sem resolução de mérito - Extinto por litispendência/perempção
- xxxi. Sem resolução de mérito - Indeferida petição inicial
- xxxii. Sem resolução de mérito - Indeferimento da petição inicial
- xxxiii. Vazias: 52 processos**

### **13. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

**(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)**

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 30/09/2016.

### **14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição, são observadas, em regra, a ordem cronológica de conclusão, sem prejuízo da identificação de processos com matéria similar na qual pode haver aproveitamento de minuta recentemente elaborada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 15. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

Os processos são organizados por escaninhos relativamente ao assunto (“CLS. SENTENÇA RESPONSABILIDADE CIVIL”, “CLS. SENTENÇA CEF”, “CLS. SENTENÇA EXTINTIVAS”, “CLS. SENTENÇA INSS / OUTROS, CLS”. “SENTENÇA INSS APOS. ESPECIAL/TEMPO/IDADE”, “CLS. SENTENÇA INSS AUXÍLIO-RECLUSÃO”, “CLS. SENTENÇA INSS DOENÇA / INVALIDEZ”, “CLS. SENTENÇA INSS LOAS”, “CLS. SENTENÇA INSS PENSÃO POR MORTE”, “CLS. SENTENÇA INSS REVISÕES”, “CLS. SENTENÇA INSS RURAL - APOS. IDADE”, “CLS. SENTENÇA INSS SALÁRIO MATERNIDADE”, “CLS. SENTENÇA META 2”, “CLS. SENTENÇA OUTROS ÓRGÃOS”, “CLS. SENTENÇA UNIÃO FEDERAL (AGU E PFN)”, “CLS. SENTENÇA UNIÃO PADRONIZADAS”), sendo anotado ainda no motivo de maneira sucinta a que se refere o pedido.

Os prazos para prolação de sentença são controlados mediante consulta aos relatórios do Sistema Apolo, listados por ordem de conclusão (“*processos conclusos até hoje*”).

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

## 16. EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

### Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos	Com Sentença	<b>Não Informada</b>	1795	6661
		<b>Informada</b>	501	708
	Registro Sentença Antiga	<b>Não-aplicável</b>	01	02
	<b>Total</b>		2297	7371

		Trâmite	Suspensão	Recurso Turma Recursal	Recurso TRF-2	Total	
Processos	Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim	Informada	501	197	10	708	
		Não Informada	1795	2155	2660	51	6661
		Não-Applicável	1			1	2
	<b>Total</b>	2297	2352	2670	52	7371	



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados, haja vista de que existem 1795 com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJES – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 16/09/2016.

**17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/09/2015 a 31/08/2016). - (Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Total de requisições: 1.558
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 145 dias.

**- RPV/Juizado:**

. Cadastrados: 1.524

. Enviados: 1.466

**- Precatórios (Parcela única):**

. Cadastrados: 34

. Enviados: 26

**- Precatórios Parcelados: 00**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 14/09/2016.

**➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Não se aplica. (item 3.4.2, g, do Questionário de pré-correição)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até 23/09/2016.**

➔ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**  
(ART. 147 a 151 CNCR)

LIVROS E PASTAS FÍSICOS (art. 148, CNCR):

No Questionário pré-correição, foi ressaltado que por se tratar de juizado eletrônico muitas pastas não são mais utilizadas, tais como mandados, alvarás, remessas, etc., haja vista que todos os documentos são arquivados diretamente nos autos eletrônicos.

PASTAS ELETRÔNICAS (art. 149, CNCR):

- I – pasta de mandados;
- II – pasta de ofícios;
- III – pasta de alvarás;
- IV – pasta de relatórios de inspeções;
- V – pasta de atas de audiências;
- VI – pasta de mandados de prisão;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VII – pasta de sentenças.

**→ ESPAÇO FÍSICO**

De acordo com o Questionário pré-correição:

*“O juizado Especial localiza-se no 1º andar d prédio. É composto por uma sala contínua, subdivida entre secretaria, apoio ao gabinete e gabinete do juiz titular. Ao lado, há ainda o gabinete do juiz substituto, sala de arquivo e sala de audiências.*

*O edifício possui elevador e escada, permitindo fácil acesso de todos à sede do Juízo inclusive das pares e advogados que participam das audiências.*

*O espaço físico atende às necessidades para os trabalhos anto da Secretaria quanto dos Gabinetes.*

*A estrutura se mostra satisfatória.*

*Pro outro lado, recentemente foi constatada a necessidade de renovação de alguns equipamentos de informática, o que já foi solicitado ao setor responsável;.”*

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFES-OFI-2016/01734).

**→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO**

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo, conforme a seguir transcrito:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Sem prejuízo das metas fixadas no relatório da inspeção ordinária realizada em junho de 2016:

6.2.1. Três meses:

Manter o prazo máximo de 90 (noventa) dias de conclusão para sentença.

Finalizar o processamento e sentenciar todos os processos distribuídos até 2013 ainda não sentenciados.

Juntar as petições no prazo máximo de 24 horas.

Efetuar intimações no prazo máximo de 02 dias após a assinatura do despacho/decisão/sentença.

6.2.2. Seis meses:

Sentenciar, mensalmente, quantidade de processos, no mínimo, 20% (vinte por cento) superior ao número de processos recebidos por distribuição.

Reduzir o tempo de conclusão para sentença para 60 (sessenta) dias.

6.2.3. Um ano:

Reduzir o tempo de tramitação dos processos distribuídos há mais de um ano.

Expedir alvarás e requisitórios no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após disponibilização dos cálculos ou depósitos de valores.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Simonetti Bolivar Muniz da Silva, Mat. n.º 11.892